



Estudos de Lingüística Galega

ISSN: 1889-2566

elgilg@usc.es

Universidade de Santiago de Compostela
España

Sobral, Cristina

Estemática em Português: termos, história, conceitos

Estudos de Lingüística Galega, vol. 8, 2016, pp. 205-227

Universidade de Santiago de Compostela

Santiago de Compostela, España

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305646595011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Estemática em português: termos, história, conceitos

Cristina Sobral

Universidade de Lisboa (FLUL/CLUL) (Portugal)
csobral@campus.ul.pt

Recibido o 16/09/2015. Aceptado o 07/04/2016

Stemmatism in Portuguese: terms, history, concepts

Resumo

No âmbito da construção de um *Dicionário Terminológico de Crítica Textual* em Português, e partindo de um corpus bibliográfico em português europeu cuja selecção se justifica, analisa-se o uso nele documentado de palavras e expressões do campo da estemática. Observadas as ocorrências de *stemma codicum*, *estema* e *árvore genealógica*, discute-se o seu estatuto terminológico ou idiossincrático, tendo em conta factores históricos e geográficos da introdução e da prática da *Crítica Textual* em Portugal, e são propostas soluções para a integração destes termos no *Dicionário*. A consideração das ocorrências de *lição genuína*, *lição autêntica*, *lição primitiva*, *lição correcta*, *lição verdadeira*, *lição original*, *boa lição* conduz ao questionamento teórico dos conceitos de *erro*, *arquétipo* e *original* e resulta em propostas de definição. Procura-se demonstrar que a construção de uma terminologia de *Crítica Textual* não pode dispensar a reflexão teórica nem um posicionamento doutrinário que logre superar a diversidade de práticas e assegure a coesão terminológica.

Palabras chave

Crítica textual, estemática, terminologia, dicionário, português

Sumario

1. Introdução. 2. *Stemma codicum*, estema, árvore genealógica. 3. Lição genuína, lição autêntica, lição primitiva, lição correcta, lição verdadeira, lição original, boa lição. 4. Conclusão.

Abstract

Within the framework of a project to produce a Portuguese *Terminological Dictionary of Textual Criticism*, taking as its starting point a critical corpus in European Portuguese the selection of which is justified, the article analyzes the documented use of words and expressions in the field of stemmatics. After analyzing occurrences of *stemma codicum*, *estema* and *family tree*, the article discusses their terminological or idiosyncratic status, taking into account historical and geographical factors in the introduction and practice of textual criticism in Portugal, and proposes solutions for the integration of these terms in the Dictionary. The analysis of occurrences of *genuine reading*, *authentic reading*, *early reading*, *correct reading*, *true reading*, *original reading*, *good reading* leads to theoretical questioning of the concepts of *error*, *archetype* and *original*, leading to the proposal of definitions. The article seeks to demonstrate that the creation of a terminology of textual criticism cannot be carried out without theoretical reflection and a doctrinal position that overcomes the diversity of practices and ensures terminological cohesion.

Keywords

Textual criticism, stemmatics, terminology, dictionary, Portuguese

Contents

1. Introduction. 2. *Stemma codicum*, estema, family tree. 3. Genuine reading, authentic reading, early reading, correct reading, true reading, original reading, good reading. 4. Conclusion.

1. INTRODUÇÃO

Em 2013 teve início no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa um projecto de investigação para a produção de um *Dicionário Terminológico de Crítica Textual*, a disponibilizar como recurso em linha. Concebido como um Dicionário da área linguística do português, contou desde o primeiro momento com a colaboração da Universidade de São Paulo¹. O fundamento principal para o projecto estava na reconhecida necessidade de dispor, nesta área linguística, de um tal instrumento de trabalho, actualizado e abrangente, e na variação na utilização terminológica entre críticos textuais portugueses e brasileiros e mesmo entre críticos textuais de um mesmo destes dois países. Além disto, pretende-se que a recolha de abonações em que se basearão os verbetes venha a contribuir para o projecto da European Society for Textual Scholarship *Lexicon of Scholarly Editing. A Multilingual Lexicon for a Multilingual Discipline* (<http://uahost.uantwerpen.be/lse/>).

O *corpus* bibliográfico escolhido² para atestação de termos corresponde às duas primeiras fases do projecto e contém diversos tipos de texto crítico. Foram incluídos todos os manuais e glossários especializados; foram seleccionados verbetes de dicionários dedicados a questões metodológicas de *Crítica Textual* (por exemplo Tavani 1993) e textos crítico-teóricos (por exemplo, Tavani 1999-2000 e Dionísio 2007) do âmbito desta disciplina. Foram ainda considerados textos (artigos, introduções a edições, capítulos de obras de *Crítica literária*) dedicados à aplicação ou à discussão de métodos de *Crítica Textual*. Nesta selecção, procurou-se ser, na medida do possível, abrangente quanto ao género literário (prosa, verso, historiografia, hagiografia, poesia lírica, romance), quanto à época (textos antigos e textos modernos) e quanto ao tipo de testemunhos (apógrafos, autógrafos, manuscritos, impressos). A exaustividade do *corpus* é, evidentemente, difícil de alcançar. Actualmente, na terceira fase, o *corpus* foi alargado a outras fontes bibliográficas que resultam de uma consulta a investigadores da área, convidados a indicar os títulos que obrigatoriamente devem ser considerados num dicionário deste género. O tratamento da bibliografia resultante desta consulta está em curso mas é desde logo notório o facto de a maior parte dos títulos propostos fazerem já parte da lista bibliográfica que inicialmente tínhamos adoptado. A consulta, de que se pretendia obter a lista que, consensualmente, os críticos textuais actualmente reconhecem como influente na sua própria prática terminológica, acabou também por confirmar a pertinência do *corpus* usado nas anteriores fases do projecto. O elenco inclui, na sua maioria, textos originalmente escritos em português mas também alguns textos traduzidos (veja-se, na bibliografia, os títulos de J. M. Díaz de Bustamante, G. Macchi, L. Stegagno Picchio, G. Tavani e West, apenas oito títulos num total de quarenta), cuja presença se justifica pela influência exercida na filologia portuguesa, pela sua função de transmissores de conceitos e de transposição terminológica. O facto de serem traduções não invalida a função que lhes é atribuída, visto que o que está em causa é menos a autoria dos termos do que a sua recepção e uso. É por isso que, como seria de esperar, o projecto não acolheu outros trabalhos destes autores que não tenham sido publicados em português. A questão coloca-se sobretudo para autores que, como os italianos citados, durante anos estudaram textos portugueses e deles publicaram estudos e edições. Os termos usados nesses trabalhos em italiano não poderiam, como é evidente, integrar um dicionário de termos em português. Cumpre salientar que, no caso dos referidos autores italianos, as escolhas feitas por tradutores portugueses das suas obras não terão deixado de ser validadas por revisão autoral, uma vez que se trata de autores com conhecimentos suficientes de português, que não deixariam, naturalmente, de assegurar a validade científica da tradução dos seus textos. A excepção é Macchi, cuja Introdução à edição da *Crónica de D. Pedro* só foi traduzida postumamente e, portanto, sem revisão autoral.

O texto crítico mais antigo até agora incluído é o volume de *Introdução* à edição crítica da *Crónica Geral de Espanha* de 1344, publicado por L. F. Lindley Cintra em 1951. Edições publicadas anteriormente não foram, em geral, consideradas, quer porque não revelavam o uso de um

¹ A equipa do projecto é constituída por João Dionísio (CLUL), Sílvia Toledo Neto (U. São Paulo) e eu própria. Contou com a colaboração de dois jovens investigadores, que beneficiaram de Bolsas de Iniciação à Investigação Científica (Fundação para a Ciência e Tecnologia), Bruno Ministro e Marta Cruz.

² O *corpus* bibliográfico é registado na bibliografia final.

vocabulário terminológico suficiente para justificar a sua inclusão no *corpus*, quer porque as práticas editoriais não obedeciam a princípios fundamentados em doutrina teoricamente consistente, quer ainda porque não os enunciavam em introduções justificativas³.

Ao longo do desenvolvimento do projecto, à medida que se fazia o levantamento de termos e se recenseava a sua localização e contextualização no *corpus*, e ao mesmo tempo se perspectivava a utilidade das citações registadas na futura elaboração de verbetes, foram emergindo questões e problemas que mostravam que a tarefa de estruturação do dicionário e de produção de verbetes não resultaria automática nem pacificamente da simples recolha de atestações.

A primeira questão que convoca a atenção dos investigadores é a identificação dos limites entre o uso terminológico de uma palavra e o seu uso reiterado mas idiossincrático. Uma palavra só será termo se o seu uso, proposto ou praticado mesmo que repetidamente por uma pessoa, for acolhido e adoptado por outras que reconhecem a sua funcionalidade operativa na disciplina. Este princípio, porém, não pode alhear-se do facto de o discurso terminológico em português resultar na maior parte (se não na totalidade) de tradução ou de adaptação de terminologias recebidas de outras áreas linguísticas. A consequência disto é que o facto de uma atestação única de uma palavra resultar de tradução de outra com uso comprovadamente terminológico numa língua estrangeira pode obviar à classificação da atestação portuguesa como idiossincrática.

É, portanto, inerente à definição da lista de termos a incluir no *Dicionário* da percepção das influências doutrinárias e as vias de entrada da *Crítica Textual* em Portugal, o que nos conduz a uma outra questão, que é o modo como um *Dicionário* deste tipo há-de conviver com a dimensão histórica da disciplina. Entendo aqui a dimensão histórica em dois sentidos. Primeiro o modo particular como cada crítico textual entrou em contacto com a disciplina ao longo do seu percurso científico, isto é como recebeu a sua formação, que influências sofreu, em que “escola” se reconhece. O mapa destas influências é certamente uma questão de geografia histórica. Segundo, são históricos termos de curta existência, que caíram em desuso ou que, pelo contrário, são de aparecimento recente, e que marcam, por vezes muito claramente, períodos da história da *Crítica Textual*.

Outra questão a ter em conta é o grau de normatividade a adoptar. Tendo presente o primeiro critério de uma terminologia, que é a comunicação, sem ambiguidade, num determinado âmbito do conhecimento (Pavel e Nolet 2002: xvii), deve o terminólogo promover a uniformidade terminológica, distinguindo o bom uso do uso incorrecto, recomendando o primeiro e desaconselhando o segundo (Pavel e Nolet 2002: xviii, xix). O problema consiste nos critérios para a classificação como impróprio do uso de um determinado termo. Note-se que a selecção criteriosa da bibliografia que constitui o *corpus* previne excesso destes casos mas não necessariamente todos, sobretudo aqueles que resultam da evolução da disciplina em momentos de inovação e de procura de soluções ainda não experimentadas. Poderá, neste caso, confundir-se o uso impróprio com o uso historicamente recortado.

Pode questionar-se a pertinência de um discurso histórico ou conceptualmente teorizante num instrumento de consulta cuja funcionalidade operativa se reclama. Porém, uma vez que não parece possível – ou sequer desejável – que a terminologia se construa sem ter em conta todos estes aspectos, espera-se que uma adequada hierarquização do conteúdo de cada ficha terminológica possa oferecer diferentes níveis de funcionalidade.

Proponho a ilustração destes problemas com o exame de alguns termos do campo da estemática, utilizando, para isso, apenas o *corpus* português das duas fases iniciais do projecto.

2. *STEMMA CODICUM*, ESTEMA, ÁRVORE GENEALÓGICA

Stemma codicum ou apenas, elipticamente, *stemma*, ou ainda o seu aportuguesamento *estema* são os termos maioritariamente usados no *corpus* para designar o conjunto estruturado de linhas e símbolos que representa graficamente uma tradição textual⁴. A palavra *stemma*, como

³ É o caso, por exemplo, das publicações de filólogos como F. Esteves Pereira, J. Mendes dos Remédios, J. J. Nunes ou A.G. Rocha Madahil. As obras de D. Carolina Michâelis estão actualmente a ser tratadas.

⁴ V. as ocorrências de termos aqui analisadas no Quadro 1.

é sabido, significa grinalda e, por ter sido usada para designar a grinalda com que se enfeitava o retrato dos antepassados, passa, por metonímia, a designar a árvore genealógica, ou seja o conjunto estruturado de linhas e símbolos que representa graficamente uma família. Foi a analogia entre as relações de parentesco e as relações entre testemunhos da transmissão de um texto que trouxe para a terminologia da *Crítica Textual* lachmanniana⁵ aquela palavra.

A forma latina *stemma* e a forma aportuguesada *estema* alternam indiferentemente no *corpus* e há razões para crer que a sua ocorrência em textos traduzidos poderá, por vezes, ter resultado de opção do tradutor. Não são, porém, as únicas palavras usadas em contextos equivalentes e a primeira questão que se coloca ao dicionarista é como tratar a ocorrência de outras palavras ou expressões para designar o mesmo objecto gráfico.

Consideremos Tavani (1993). A par de duas ocorrências de *stemma*, encontramos quatro ocorrências de *árvore genealógica*. Três destas ocorrências (Tavani 1993: 231) evocam a expressão usada por Bédier na sua famosa crítica ao método lachmanniano em 1928 (Bédier 1928). Parte da persuasão que Bédier esperava obter assentava no efeito retórico produzido pela descredibilização do *stemma codicum* que resultaria da sarcástica exclamação “*Silva portentosa!*”, que desautorizava a possibilidade do *stemma* de representar verosimilmente as relações entre testemunhos como uma árvore sempre bífida. A exclamação bedieriana apela a uma identificação não só com as relações de parentesco mas principalmente com as árvores botânicas, que jamais poderiam ser todas naturalmente bífidas. Portanto, na retórica de Bédier, a redução a simples “árvores” rouba aos *stemmata* o seu valor técnico e o seu potencial epistemológico. A sua evocação por Tavani, feita aliás com evidente distanciamento das posições bedierianas, não atribui necessariamente às árvores valor terminológico. Pela mesma razão, o mesmo caberá dizer-se das três ocorrências de *árvore* em Duarte (1993).

A quarta ocorrência no verbete do *Dicionário* (Tavani 1993: 230) tem uma função claramente didáctica: “as relações entre estas famílias, que podem ser representadas graficamente num ‘*stemma codicum*’ ou ‘*árvore genealógica*’”. A expressão *árvore genealógica* aparece como glosa explicativa que pretende tornar imediatamente perceptível a um público não iniciado o significado da obscura expressão técnica *stemma codicum*. Tratando-se de um verbete de *Dicionário* que, além de obra de referência para especialistas, se dirige a um público iniciante no estudo da literatura medieval, a glosa é necessária e pertinente. A expressão *árvore genealógica* pode desempenhar aqui esta função justamente por ser uma expressão de uso comum, imediatamente reconhecível e compreensível por qualquer falante da língua e por isso, ao estabelecer-se uma equivalência entre ela e o termo técnico, esclarece-se o significado deste. Parece concluir-se, portanto, que *árvore genealógica* não é termo técnico e não deveria ser registada no *Dicionário Terminológico de Crítica Textual*.

Vejamos ainda a palavra *esquema* num texto anterior⁶ do mesmo autor (Tavani 1988: 80, 116). No mesmo texto ocorrem nove vezes os termos *stemma* e *estema*. Por duas vezes *esquema* introduz ou explicitamente remete para o tipo de representação gráfica a que o autor também chama *stemma*. O contexto de uso é tão obviamente o mesmo que poderá legitimamente perguntar-se se não deveríamos reconhecer-lhe valor terminológico e acolhê-lo no *Dicionário*. Para resolver a dúvida é necessário convocar o critério segundo o qual só consideramos terminológico um uso se ele se repetir noutros autores. Como não existe no *corpus* analisado nenhuma outra ocorrência de *esquema* para designar o mesmo que *stemma*, fica decidido o seu estatuto idiossincrático em Tavani, equiparável ao estatuto da palavra *codicoclastia* (Tavani 1988: 135), bastante sugestiva para classificar as posições bedierianas mas sem outra atestação no *corpus*. Na verdade, ao introduzir a imagem de um *stemma codicum* designando-o *esquema* (1988: 80), Tavani limita-se a dizer a “coisa” pela “categoria”. Um *stemma* é um certo tipo de esquema, en-

⁵ O método normalmente designado *lachmanniano* é aquele que, aplicando aos testemunhos de uma tradição textual o princípio segundo o qual erros comuns resultam de uma origem comum, propõe uma reconstituição do arquétipo dessa tradição; divulgado por Karl Lachmann († 1851), que o aplicou a textos clássicos, foi depois desenvolvido para aplicação a textos em língua vernácula por filólogos como Gaston Paris. Para uma breve história do método e bibliografia crítica, v. Trovato (2014).

⁶ Por anterior entende-se aqui anterior no mercado português, visto que é a cronologia da publicação em Portugal que faz história da recepção dos termos em português.

tendendo-se este como uma “figura que dá uma representação muito simplificada e funcional de um objecto...” (Houaiss 2006). Por outro lado, uma árvore genealógica é também um certo tipo de esquema, isto é um tipo de representação gráfica simplificada com certas características que a assemelham à figura de uma árvore e, por sua vez, o *stemma codicum* é um certo tipo particular de árvore genealógica, que inclui siglas de testemunhos em vez de nomes de pessoas. Se assim é, o uso de *árvore genealógica* para designar o *stemma* é também uma referência da “categoria” pela “coisa” e deverão cair ambas as expressões, *esquema* e *árvore genealógica*, no âmbito retórico e não no âmbito terminológico.

Porém, o que parece uma conclusão simples complica-se quando consideramos outro texto crítico do nosso *corpus*: Gonçalves (1993). Trata-se de uma autora contemporânea de Tavani e filiada na mesma escola filológica. No seu texto, a par de cinco ocorrências de *stemma*, encontramos uma de *árvore genealógica*. Invocando um critério que há pouco se revelou decisivo, deveríamos agora aceitar como terminológica a expressão, visto que o seu uso se estende a outros autores. A proximidade geográfica e cronológica entre os dois autores em causa recomendará talvez que, no verbete a compor, se mencione explicitamente que o uso de *árvore genealógica* se restringe a certa escola, o que não deixará de ser entendido como um desinvestimento no seu uso. Eis mais um argumento a favor desta solução: em Macchi (2007), também crítico textual da mesma escola filológica italiana, além de onze ocorrências de *stemma*, temos duas de *árvore genealógica*.

Constatamos todavia que há “árvores” antes de Tavani, no *corpus*: em Castro e Ramos (1986), a única referência à representação gráfica de uma tradição textual é feita com *árvore genealógica* e é ela que, abundante e exclusivamente, se encontra em Cintra (1951). Aqui há vinte e três ocorrências e nenhum outro termo alternativo. Todo o complexo raciocínio estemático que este filólogo, discípulo de Menéndez Pidal, expõe ao longo do extenso 1º vol. da edição crítica da *Crónica Geral de Espanha* utiliza a expressão *árvore genealógica* para designar os vários *stemmata* que vão sendo apresentados. Torna-se evidente o estatuto terminológico que a expressão tem para Cintra: não se trata de designar metonimicamente certo tipo de representação gráfica nem de glossar para público menos ciente o *stemma codicum*. Trata-se sim de encontrar na língua portuguesa uma forma correspondente ao termo latino. Muito simplesmente: numa época em que o aportuguesamento *estema* ainda não tinha expressão, Cintra optou pela tradução funcional. A solução é divergente, mas equivalente àquela que consistiu na cunhagem do termo *estema*, inexistente como palavra de uso comum.

Parece agora menos evidente a exclusão de *árvore genealógica* do *Dicionário* e também menos verdadeiro o seu uso exclusivo pela escola italiana. Para um adequado acolhimento do termo no *Dicionário* devemos, contudo, considerar um factor cronológico. No *corpus* em análise, com uma só excepção, todas as ocorrências de *árvore genealógica* são anteriores a meados dos anos 90, mais exactamente, de 1951, 1986, 1993. A excepção, Macchi (2007), não é uma verdadeira excepção, visto que a publicação da introdução à edição da *Crónica de D. Pedro* em 2007 é uma tradução da introdução escrita por Macchi em 1966 para a 1ª edição da *Crónica* em Itália⁷. Sendo assim, parece possível escrever na ficha terminológica de *stemma codicum* que existem duas outras formas equivalentes, que resultam de aportuguesamento e tradução da expressão latina, respectivamente *estema* e *árvore genealógica*, e que a segunda poderá estar em curso de extinção como termo, desincentivando assim o seu uso e promovendo a desejável unicidade terminológica.

A dimensão histórica do *Dicionário* acaba, portanto, de revelar a sua importância para o bom equilíbrio entre as dimensões descritiva e prescritiva. Vejamos outras consequências.

A pesquisa automática (por OCR) no *corpus* revela facilmente que, ao contrário do que poderíamos esperar, os termos *estema*/*stemma* não ocorrem apenas em contextos em que se referem a textos antigos que conhecemos apenas através de apógrafos. Vejam-se as quatro ocorrências de Duarte (1992) e as duas ocorrência de Novais (2007). Em ambos os textos o termo é usado para designar a representação gráfica de testemunhos da génese de obras de, respectivamente, Eça de Queirós e José Régio. Não há outras ocorrências com a mesma aplicação⁸. Havendo dois

⁷ “Albero genealogico dei manoscritti” (Macchi 1966: 33).

⁸ Em Reynaud (2000), que trata, não exactamente da génese mas da co-existência de diferentes versões de *Húmus*, de Raúl Brandão, o termo aparece mas refere-se, ortodoxamente, ao *stemma lachmanniano*.

autores diferentes a usá-lo com este sentido, tem de colocar-se a questão da sua validação no *Dicionário*.

Em 1992, a crítica textual aplicada a manuscritos autógrafos e os estudos genéticos davam ainda, em Portugal, os seus primeiros passos (pode dizer-se que se haviam iniciado com a formação da *Equipa Pessoa*, cujos trabalhos começaram em 1988)⁹ e procuravam soluções terminológicas para um campo disciplinar ainda pouco explorado. A natureza cronológica das relações que se estabelecem entre os manuscritos autógrafos, a necessidade que o crítico tem de deduzir claramente essas relações a partir de nexos expostos em raciocínio analítico têm alguma semelhança com o tipo de percurso racional feito pela estemática. Assim, como muitos outros conceitos que a crítica genética importou e adaptou da crítica textual tradicional (começando pelo conceito de testemunho, que passa a ser testemunho de génese), o *stemma* terá parecido apropriado para uma adaptação deste tipo. Existem, porém, várias razões para desaconselhá-la. Desde logo uma razão conceptual: a natureza das relações cronológicas entre testemunhos de génese e entre testemunhos de transmissão é essencialmente diferente porque diferentes são os processos, de produção ou de transmissão, em que estão envolvidos. A incidência ou não incidência da vontade do autor sobre o testemunho confere-lhe um estatuto diferente e a percepção dessa diferença de estatuto é precisamente o que recorta com exactidão as perguntas que norteiam o trabalho do crítico textual. Tomemos um exemplo conhecido. Podemos estabelecer um *stemma codicum* para o *Amor de Perdição* de Camilo Castelo Branco mas o que nele havemos de representar são as relações de parentesco que ligam todas as edições póstumas que do romance foram feitas, bem como a 6ª edição, que, apesar de feita quando o autor ainda era vivo, se sabe não ter tido a sua intervenção. Neste caso, um tal *stemma codicum* pode ter como objectivo avaliar a deturpação que afectou o texto quando entrou em processo de transmissão¹⁰.

Mas se quisermos perguntar como era o processo de escrita camiliano, como produzia Camilo os seus romances, nada ganharemos, em termos de clareza de discurso e de intenções, ao declararmos que começamos por estabelecer o *stemma codicum* em vez de nos propormos o estabelecimento do *ante-texto*, com a necessária ordenação cronológica das suas peças (como se expõe adiante). Se *stemma codicum* designa a *representação gráfica das relações de parentesco entre os testemunhos de uma tradição textual, manuscrita e/ou impressa, tal como hipoteticamente podem ser postuladas a partir do exame das suas lições variantes*, não seria possível usar claramente o mesmo termo para designar um processo genético sem carregar anexamente um discurso de desambiguação que esclarecesse que se tratava do “*stemma codicum* que representa a ordenação cronológica dos testemunhos genéticos” e não daquele outro *stemma codicum*. A expectativa epistemológica desencadeada pela diferenciação dos termos beneficia claramente o discurso analítico. Por outro lado, conceptualmente, convém distinguir entre a representação gráfica que se designa por *stemma codicum* e o processo crítico que conduz à formulação da hipótese que pode ser graficamente representada, isto é o estabelecimento do *stemma codicum*.

Procurando no *corpus* as expressões usadas noutros textos (que não Duarte 1992 e Novais 2007) que tratam de testemunhos autógrafos ou supervisionados pelo autor, conclui-se, por um lado, que neles não há representações gráficas e que, por outro, os termos usados para designar o processo crítico de demonstração dos nexos de sequência entre os testemunhos são outros. Veja-se as ocorrências em Reynaud (2000) e em Castro (2012) para *ante-texto* e *ordenação cronológica* (Quadro 2). Se invocarmos ainda o princípio segundo o qual, em terminologia comparada, as discrepâncias que resultam necessariamente da transferência de conhecimentos especializados entre línguas diferentes devem levar o terminólogo a propor designações que preencham as lacunas entre elas (Pavel e Nolet 2002: xviii), devemos considerar a ausência de *stemma codicum* da bibliografia estrangeira de crítica genética, onde encontramos antes um discurso sobre a classificação e a ordenação dos documentos genéti-

⁹ Sobre a história da *Equipa Pessoa*, coordenada por Ivo Castro para a edição e estudo do espólio literário de Fernando Pessoa, v. Castro (2013: 153-212).

¹⁰ Veja-se, por exemplo, a análise das edições de 1925 e de 1970 d’*A Capital*, de Eça de Queirós, feita em Duarte (1992: 15-74).

cos (Quadro 3)¹¹. Constitui excepção a presença de *stemma* no glossário de Grésillon (1994)¹², mas eloquentemente em contraste com a sua total ausência no corpo do manual, onde se fala apenas da classificação e ordenação cronológica dos testemunhos, em consonância com a prática dos restantes autores. Sublinhe-se ainda o facto de, no *Dicionário* em linha disponibilizado na página do ITEM (ITEM 2015) não existir nenhuma entrada para *stemma codicum*, nem o termo aparecer na entrada “Ante-texto” nem tão pouco aparecer como noção pesquisável na página “Articles en ligne: parcours du site par notions”¹³. Do mesmo modo, em países de antiga e intensa implementação da *Crítica Textual*, como a Itália, o termo *stemma* é exclusivamente aplicado a testemunhos de transmissão e reserva-se *ante-texto* para os testemunhos de génese e sua seriação cronológica (Malato 2008: 26-7, 94-5; Stussi 2011: 120, 158-60; Italia / Rabone 2014: 26). Sublinhe-se igualmente o facto de o mesmo autor que usava o termo *stemma codicum* aplicado a testemunhos de génese não registar esse uso no seu *Glossário* em linha ([Duarte]), o que parece traduzir o seu abandono.

Conclui-se assim que, embora registando o *Dicionário* o termo ocorrido em Duarte (1992) e Novais (2007), deve desaconselhar o seu uso para designar a ordenação cronológica dos testemunhos genéticos, e atribui-lo a uma fase ultrapassada da história da crítica textual.

3. LIÇÃO GENUÍNA, LIÇÃO AUTÊNTICA, LIÇÃO PRIMITIVA, LIÇÃO CORRECTA, LIÇÃO VERDADEIRA, LIÇÃO ORIGINAL, BOA LIÇÃO

O termo *lição* é provavelmente um dos que, entre críticos textuais, é usado com maior consonância e gera menos hesitações¹⁴. Deste dependem outros dois termos, fundamentais em estemática, *variante* e *erro*, que mais não são do que formas elípticas de termos que resultam da adjectivação de *lição*: *lição variante* e *lição errónea*. De facto, a estemática lachmanniana depende, como é sabido, do método dos erros comuns e do apuramento das variantes. O raciocínio ontológico que concebe a variação como o resultado do erro determina que, onde há variantes, todas as lições excepto uma serão erróneas (a menos que sejam todas erróneas, o que também é possível). A excepção é, portanto, o contrário do erro e os termos atestados no *corpus* para designar a lição não-errónea implicam diversos adjectivos: *genuína*, *autêntica*, *correcta*, *verdadeira*, *original*, *boa*. Tal diversidade revela que o conceito de erro poderá ser mais complexo do que se poderia pensar e convoca outros conceitos que têm estado no cerne das discussões em torno do método de Lachmann: os conceitos de original e de arquétipo.

Numa recente revisão histórica deste método, feita no âmbito de uma escola, a italiana, que o adoptou, que o discutiu e que influenciou os filólogos portugueses, P. Trovato descreve a evo-

¹¹ Na impossibilidade de aqui remeter para a vastíssima bibliografia da crítica genética francesa (nascida nos anos 70 do século passado), cito apenas, no Quadro 3, além dos dois manuais de referência (Grésillon 1994 e Biasi 2011), alguns textos críticos dos anos 80, com o intuito de mostrar que, mesmo em décadas recuadas, o discurso habitual acerca das operações de análise dos testemunhos genéticos não passava pelo recurso ao termo *stemma codicum*. Isso não exclui a possibilidade de tal poder ocorrer, eventualmente, num texto aqui não considerado. Pondere-se, porém, o peso argumentativo do que digo em seguida acerca da informação disponível na página do *Institut des Textes et Manuscrits Modernes* (ITEM).

¹² “Stemma: arborescence généalogique dont les divers embranchements figurent la succession, la hiérarchie et l’interdépendence des témoins manuscrits et imprimés de l’élaboration textuelle”. Note-se a tentativa de adaptação do termo à produção textual, mediante a sua truncagem e a substituição de tradição ou transmissão por elaboração.

¹³ No contexto do posicionamento teórico dos geneticistas franceses, de radical e irreconciliável demarcação do enquadramento filológico e mesmo da crítica textual (posicionamento que aqui não cabe discutir), o *stemma* é estigmatizado como representação conceptual condenável. Veja-se Lebrave (1992): “En abordant l’étude des papiers des écrivains, les ‘généticiens du texte’ ont rencontré le modèle de la variante et la téléologie héritée du *stemma*. Il était si tentant de céder au démon de l’analogie”; “Et ne suffisait-il pas d’inverser le *stemma* pour obtenir une représentation satisfaisante de la naissance du texte, d’autant que la critique des sources offrait un pendant commode à celle des lectures fautives? Il est à peine besoin de forcer la métaphore visuelle pour saisir avec quelle facilité on peut, en renversant l’arbre du *stemma*, le transformer en un réseau hydrographique où les feuilles sont remplacées par des sources, les branches par des ruisseaux et le tronc par un fleuve où tous les courants de l’inspiration créatrice viennent se fondre en un tout organique qui constitue le texte définitif”; “De même, malgré de constants exorcismes, le démon de la téléologie qui habite le modèle du *stemma*, même renversé, revient périodiquement hanter la génétique textuelle. Tant est forte la prégnance du modèle textuel imposé par la tradition philologique”, “l’emprunt du cadre notionnel forgé par la philologie est abusif et injustifié”.

¹⁴ V. as ocorrências de termos aqui analisadas no Quadro 4. A ausência, neste quadro, de fontes registadas na bibliografia final significa que os termos em análise não têm nelas nenhuma ocorrência.

lução do sentido atribuído ao termo *arquétipo* até ser considerado uma cópia desfigurada por pelo menos um erro comum, da qual todos os testemunhos conservados descendem e que é o testemunho mais antigo que pode ser reconstituído a partir dos testemunhos sobreviventes (Trovato 2014: 64-6). Esta cópia perdida, por sua vez, distingue-se do original, identificável com um “*faultless autograph*”: “[...] all texts, in any ancient or modern language, that have not come down to us in a faultless autograph or in a copy that the author [...] carefully revised, and especially texts transmitted in a series of copies that are more or less far removed from the original, that is to say, deformed by a number of errors” (Trovato 2014: 38).

Desenha-se assim um quadro conceptual desenvolvido ao longo de mais de um século com o contributo de autores como K. Lachmann, P. Lejay, S. Timpanaro, G. Pasquali, G. Contini, P. Maas¹⁵, etc., que ajudam a explicar a variedade de termos atestados no *corpus* adoptado para o *Dicionário*. Neste quadro conceptual, *crítica textual* designa o conjunto de técnicas ou operações cujo objectivo é reconstruir textos “whose complete genuineness is open to doubt” (Trovato 2014: 39) e supõe mais do que a reconstrução do arquétipo: o objectivo do processo estemático é, além da reconstrução do arquétipo, a proposta de correcção de erros partilhados por todos os testemunhos conhecidos, isto é erros que se encontravam presentes já no arquétipo. Este desiderato representa uma tentativa de chegar “as close as possible to the lost original” (Trovato 2014: 15). Trovato estabelece, assim, explicitamente, equivalência entre *boa lição*, *lição correcta*, *lição primária* e *lição* que reproduz o *original* (Trovato 2014: 54). Neste quadro conceptual, portanto, o *original autógrafo* é desprovido de erros, ao contrário do arquétipo. É esta oposição que institui a equivalência funcional entre os adjectivos de *lição* que aqui discutimos e que remetem para uma concepção adâmica e romantizada do original (entendido como testemunho autógrafo): o texto que sai da mão do autor é um texto ideal, limpo de erros, por isso as suas lições originais, primitivas, sendo genuínas, verdadeiras e autênticas, são ao mesmo tempo boas e correctas. Ora se há coisa que o estudo de autógrafos praticado nas últimas cinco décadas nos ensinou foi a aceitar que o autor também erra. Não me demorei neste ponto, que está suficientemente demonstrado¹⁶. Direi apenas que o autor comete os erros de escrita que todos nós cometemos e que o autor é também um copista, porque copia texto de fontes e porque se copia a si mesmo, transferindo para novos suportes versões sucessivas do texto que escreve. Esperar que ele chegue a detectar e emendar todos os erros que cometeu, em operações de revisão sobre autógrafo ou mesmo sobre cópias de mão alheia ou provas tipográficas (“carefully revised”), seria esperar dele uma eficácia que, na prática, enfrenta diversas contingências e que o conhecimento actual sobre autógrafos mostra ser uma expectativa excessivamente optimista.

Devemos, portanto, aceitar que o original perdido era um texto com tantos erros possíveis como aqueles que hoje detectamos em originais conservados, o que terá como consequência que uma *lição original*, *primitiva*, *verdadeira*, *autêntica* e *genuína*, isto é uma *lição atribuível ao autor*, não é necessariamente uma boa lição, isto é uma lição correcta. Como é fácil de entender, a prática da crítica textual baseada exclusivamente neste conceito de autoria pode conduzir a situações absurdas de valorização de enunciados agramaticais e incoerentes que nem o mais conservador bedierista acolheria. Já a prática baseada exclusivamente na qualidade da lição pode pôr em causa o princípio de reconstrução que preside à crítica textual chamada, precisamente, *reconstrutiva*¹⁷. Separemos, portanto, a qualidade da lição da autoria da lição.

¹⁵ Para a descrição do contributo prestado por estes autores à discussão do método de Lachmann veja-se a excelente revisão que deles faz Trovato, no seu capítulo “Lachmann’s method” (Trovato 2014: 49-75).

¹⁶ “Os ‘erros’ de concordância morfológica, resultantes de transformações feitas pelo autor a nível de signos léxicos mas não alargadas aos signos morfológicos com eles relacionados, são corrigidos sem qualquer anotação, dado que a intenção do autor era, claramente, corrigi-los” (Duarte 1992: 71); “Outras variantes corrigem erros óbvios do manuscrito, tais como as frequentes confusões dos nomes de Teresa em vez de Mariana (fols. 120, 121) e de Mariana em vez de Teresa (fols. 213, 214, 217, 218), algumas tendo ficado por corrigir” (Castro 2007: 95); “Pode haver ainda uma lista das emendas introduzidas pelo editor no texto crítico, a qual terá pouca expressão numa edição genética, pois comporta apenas as emendas de erros autorais, que o editor, se a tanto se atrever, deve administrar com a máxima circunspecção” (Castro 2013: 105).

¹⁷ Note-se que a concepção “adâmica” do original deve, provavelmente, a sua prevalência ao facto de prevenir estes conflitos. Oíçamos P. Trovato: “[...] ‘reconstructionists’, who believe that the task of a scientific edition is not merely to transcribe a manuscript, or to reconstruct the archetype of surviving manuscripts, but to use the archetype as a point of departure,

Como se definirá então erro? Consideremos dois critérios possíveis: a) *erro (ou lição errónea) é a lição que resulta de um acidente ocorrido por interrupção da inércia reprodutiva inerente ao processo de cópia*; b) *erro (ou lição errónea) é toda a lição que não se apresenta consistente com a realidade histórica (linguística, retórica, literária, cultural) do texto*. Assim, pelo segundo critério, classificaremos como erróneas lições sem qualidade, independentemente da sua autoria e, seguindo o primeiro critério, admitimos que pode cometer erros qualquer agente que produza ou reproduza um enunciado, o que inclui o autor, o copista, o compilador, o tipógrafo, etc. Os dois critérios são necessários porque do primeiro não resultam sempre lições sem qualidade, como prova a equivalente qualidade de muitas variantes adiáforas.

A análise da qualidade da lição, isto é da sua consistência com os dados históricos (linguísticos, retóricos, literários, culturais) absorve, portanto, parte do esforço crítico destinado à identificação dos erros. A outra parte é destinada à colação e análise estemática, que fornece as restantes classificações mediante a aplicação de princípios claramente definidos (por exemplo: lições privativas de testemunhos *descripti* são necessariamente erróneas).

E quanto ao critério da *genuinidade*, isto é, da *autoria*, que tem desempenhado papel central em estemática? Parece evidente que a eliminação total de erros pode levar o estabelecimento do texto não só para além da reconstrução do arquétipo, como quer P. Trovato, mas mesmo para além da reconstrução do original, sendo certo que ao crítico textual jamais será possível afirmar quais os erros que estavam no arquétipo e que não estavam no original. Isto é: quando identificamos lições evidentemente falhas de qualidade (os chamados erros evidentes) e comuns a todos os testemunhos sobreviventes, quem poderá dizer se tais erros foram cometidos pelo copista do arquétipo ou, no original, pelo autor, ou ainda se os erros se distribuem por ambos? A consequência desta insanável incerteza é que o conceito de original, em estemática, é apenas uma categoria abstracta e não um conceito operativo. Historicamente, poderá ter existido um original, isto é um testemunho autógrafo que foi copiado pela mão apógrafa que deu origem à tradição. Mas nada nos garante que não foi de um testemunho autógrafo ou supervisionado pelo autor que derivou a tradição, sobrepondo-se, assim, original e arquétipo. Nada nos garante igualmente que o original existiu sempre. Um idiógrafo é um testemunho não autoral de uma tradição que nunca teve original (a menos que existisse uma gravação áudio do ditado).

Resulta de tudo isto que o conceito de *original*, não sendo o do testemunho de pureza virginal que se pretende reconstruir e não podendo, por essa virtude, distinguir-se claramente do *arquétipo*, é de utilidade prática invisível. Quando reconstruímos o *arquétipo* estamos a aproximar-nos, *tanto quanto é possível*, da última vontade do autor. E quando corrigimos os erros do *arquétipo* também estamos a aproximar-nos, tanto quanto possível, da vontade do autor, não da que ele teria deixado documentada num original que tivesse sobrevivido, mas da que ele teria certamente manifestado se tivesse podido ter consciência de todos os seus erros acidentais, que evidentemente o autor *não quer* que cheguem ao leitor.

A imperfectibilidade deste trabalho de reconstrução é condição inevitável de todo o processo epistemológico. De facto, se no nosso *corpus* não parece haver, na maior parte das vezes, consciência da distinção entre a autoria e a qualidade da lição, fazendo alternativos os termos que designam uma e outra coisa, já a abundância de termos que modalizam a qualidade mostra bem que a sua avaliação resulta de um procedimento de persistente escrutínio crítico dos enunciados: veja-se as perifrases e adjectivos modalizantes *a melhor qualidade das lições* (Cintra 1951: 294), *lição mais perfeita* (Cintra 1951: 321), *inferior* (West 2002: 36), *melhor* (West 2002: 43), *preferível* (Cintra 1951: 540, Picchio 1979:65, Macchi 2007: LXXII), *plausível* (West 2002: 59 a e c, 60 b, 62), *aceitável* (Tavani 1988: 89 a), *satisfatória* (Macchi 2007: LIII c) ¹⁸.

Defendo, por conseguinte, que devem ser agrupados num mesmo verbete os termos *lição genuína*, *lição primitiva*, *lição autêntica*, *lição original* e *lição verdadeira*, glosados como *lição atri-*

using all available means – linguistic, stylistic or metrical information, historical data, etc. – to try to come as close as possible to the lost original, detecting and correcting, as far as possible, but always as rationally and transparently as possible, the errors shared by surviving copies” (Trovato 2014: 15).

¹⁸ Cito ocorrências exemplificativas; as ocorrências exaustivas podem ser consultadas no Quadro 4.

buível ao autor e restituível na reconstrução do arquétipo, e, noutro verbete, os termos *lição correcta* e *boa lição*, glosadas como *lição não errónea*, que pode ser definida *a contrario* da definição de *erro* que englobe os dois critérios atrás mencionados¹⁹. A escrita destes verbetes e a reflexão que foi necessário empreender para esse efeito, lançou já os princípios a que terá de obedecer a elaboração de outros, como *original*, *arquétipo*, *cópia* e *erro*.

4. CONCLUSÃO

A estrutura prevista para os verbetes do *Dicionário Terminológico de Crítica Textual* em português inclui o termo, a glosa, a discussão histórico-crítica (quando se revelar necessária) e as abonações. Assim, por exemplo, registará, por um sistema de remissões internas, como termos equivalentes, os termos *stemma codicum* e *estema* num verbete que documentará também o uso de *árvore genealógica* como um termo equivalente modernamente com pouca utilização. Do mesmo modo, registará como equivalentes os termos *lição original*, *primitiva*, *verdadeira*, *autêntica* e *genuína*, glosados como *lição atribuível ao autor* e, noutro verbete, também como equivalentes, *boa lição* e *lição correcta*, glosados como *lição que se apresenta consistente com a realidade histórica do texto*.

Os casos expostos põem em evidência, e fundamentam, a percepção inicial que presidiu à concepção do projecto da construção do *Dicionário*. Com efeito, a instabilidade da terminologia de *Crítica Textual* em português, determinada por factores quer históricos quer geográficos, recomenda a produção de um instrumento de trabalho que possa promover um maior consenso entre utilizadores, facilitando a comunicação entre críticos textuais falantes de português, e também destes com a comunidade internacional, constituindo uma base para o estabelecimento de equivalências terminológicas com línguas estrangeiras, tanto mais desejável quanto é certo que os métodos desta disciplina se desenvolvem em aplicações cada vez mais abrangentes. Embora a *Crítica Textual* seja disciplina praticada em Portugal desde, pelo menos, meados do século passado, a tradição de estudos estemáticos é proporcional à relativa escassez de tradições múltiplas dos textos antigos portugueses. Porém, ainda que limitada frequentemente a tradição textual de uma obra ao *codex unicus*, os princípios do método estemático revelam-se úteis e pertinentes no estudo das relações de dependência entre testemunhos indirectos, isto é no estudo das relações de textos portugueses com textos noutras línguas, não só o latim, mas também as línguas de países com os quais Portugal estabeleceu relações culturais estreitas. A adaptação do método permite, por exemplo, identificar o testemunho (ou a família de testemunhos) traduzido(a), pelo reconhecimento da tradução precisa de uma variante e não de outra, contribuindo assim decisivamente para os estudos de intertextualidade e de crítica de fontes que ajudam a reconstruir o mapa de circulação de textos, ideias e agentes culturais.

Por fim, a reflexão terminológica revelou-se veículo privilegiado para a reflexão teórica neste campo científico, exigindo-a e mostrando que a terminologia, além de um instrumento prático, é um instrumento epistemológico que conduz a um posicionamento doutrinário, na medida em que uma terminologia reclama coerência e interrelacionalidade entre os diversos verbetes.

¹⁹ Dos erros que o autor pode cometer, considerei aqui apenas os acidentais. Outro tipo de erros autorais (por exemplo erros históricos, erros linguísticos, etc.) não foram considerados e não se submetem aos critérios que aqui foram invocados, por não resultarem da *interrupção da inércia reprodutiva inerente ao processo de cópia* (sobre este tipo de erros, v., por exemplo, Stussi 2014: 99-100).

Quadro 1. Stemma codicum, estema, árvore genealógica²⁰

Fonte	Ocorrências	p.
Cintra 1951	Árvore genealógica das <i>Crônicas</i> : pg. 414.	23
	Chamou-lhe <i>Tercera Crônica General</i> . V. <i>Infantes de Lara</i> , pgs. 55, 67-68 e especialmente 69-70, 404-405, 409-411 e árvore genealógica, pg. 414 [...]	26
	A reconstituição da árvore genealógica dos manuscritos leva-nos a supor, como veremos, a existência de um ou talvez de dois códices anteriores a <i>L</i> que, datando seguramente do primeiro quartel do século XV, parece ser o mais antigo dos manuscritos conservados [...]	76
	Esses passos parecem permitir-nos estabelecer deste modo a árvore genealógica: [...]	76
	Com os dados até agora reunidos podemos formar a árvore genealógica dos manuscritos.	87
	O <i>Catálogo</i> das crônicas conservadas na Biblioteca Real permitiu-lhe, dois anos depois, ampliar as suas informações sobre as características de cada uma dessas obras e incluir na árvore genealógica outro texto que, por não conter a história dos 'Infantes, não figurara no seu estudo anterior: refiro-me à chamada <i>Crônica de Castela</i> [...]	192
	Partindo principalmente do atento estudo dos trechos em que nestas crônicas se narra a lenda dos Infantes de Lara, conseguiu além disso relacionar quase todos esses textos, estabelecendo a árvore genealógica das <i>Crônicas Gerais</i> castelhanas que deu a conhecer em 1896 [...]	196
	A raiz da árvore das crônicas castelhanas está, para Menéndez Pidal, no rascunho — no "borrador compilatorio" — de fontes latinas, árabes e romances organizado nas cortes de Afonso X e de seu sucessor Sancho IV.	192
	Assim fica exposta nas suas linhas essenciais a árvore genealógica que Menéndez Pidal deduziu dos seus estudos no campo das crônicas medievais.	197
	Durante muito tempo foi esta árvore geralmente aceite.	197
	Adiante veremos que, dentro da árvore genealógica das crônicas medievais, esta existência de textos completamente independentes uns dos outros, apesar de derivados de um mesmo original, não é puramente teórica.	205
	Observar-se-á que há duas grandes diferenças entre a revisão a que o professor de Yale sujeitou a árvore genealógica estabelecida por Menéndez Pidal e aquela que seguidamente vou tentar.	208
	Começarei por observar que, abstraindo das datas atribuídas a cada um dos textos, considero a árvore genealógica estabelecida por Menéndez Pidal absolutamente válida para a parte das crônicas que vai de Pelaio à morte de Vermudo III, isto é, para a parte que contém a <i>Lenda dos Infantes de Lara</i> , base de que partiu o grande romanista para a relação dos textos.	208
	Não posso no entanto deixar de discordar da validade da sua árvore genealógica no que se refere à parte que, na <i>Crônica</i> editada por Ocampo, se chama <i>Quarta</i> , ou seja, à parte que começa com a subida de Fernando I ao trono de Leão.	230
	Disse atrás que Menéndez Pidal, ao introduzir a <i>Crônica de Castela</i> na árvore genealógica das <i>Crônicas</i> , a considerou como mais uma derivação da <i>Abreviação perdida</i> .	233
	Pondo de parte este argumento, vamos ver que as referidas coincidências nos reinados de Afonso VIII e Fernando, o Santo, têm outra explicação possível, embora muito mais complexa e, por isso, menos clara, e que há outros motivos que nos impedem de aceitar para a <i>Crônica de Castela</i> o lugar que na árvore genealógica das crônicas lhe atribuiu o grande romanista espanhol.	233
	A averiguação que acabamos de fazer conduz-nos a uma conclusão muito importante no que se refere ao lugar a atribuir à <i>Crônica de Vinte Reis</i> na árvore genealógica das crônicas.	298
	Veremos a importância deste facto ao organizar a árvore genealógica dos manuscritos.	507
	O estudo dos vestígios de tradução do português nos manuscritos castelhanos da <i>Crônica de 1344</i> já nos levou, noutro ponto deste trabalho, ao estabelecimento da árvore genealógica dos códices conservados da <i>Crônica</i> [...]	525
	Afastando inicialmente os manuscritos castelhanos, estabelecerei a árvore genealógica dos códices portugueses.	525
	Esta parte da árvore genealógica pode estabelecer-se deste modo: [...]	530
	Dispomos assim de todos os dados necessários para estabelecer a árvore genealógica do conjunto dos manuscritos da segunda redacção da <i>Crônica de 1344</i> . Facilmente a podemos ligar à outra árvore muito simples que forma o / original da primeira redacção (a que chamo *Y) com os seus derivados directos M e E.	539-40
	Para atingir esse fim, atendendo aos manuscritos disponíveis para cada parte do texto e à sua posição relativa na árvore genealógica que acabo de apresentar, procedi do seguinte modo: [...]	540

²⁰ Na coluna de *Ocorrências* reproduz-se o texto das fontes bibliográficas, tal como nelas aparece, respeitando todas as suas características de citação dos textos (itálico ou aspas, paginação, etc.). Os termos podem ocorrer em títulos ou legendas numeradas. Nestes casos é mantida a numeração e a formatação original (por exemplo, maiúsculas) da fonte citada.

Fonte	Ocorrências	p.
Picchio 1979	O chamado método neo-lachmanniano submeteu à crítica o conceito de arquétipo, tomou em consideração eventuais limites à individuação do estema, enfrentou a fenomenologia da contaminação, abandonou a reconstrução linguística dos textos, introduziu novas ideias como, por exemplo, a de “difracção” de lição (Contini), ou a de edição esteroscópica (Segre).	224
Castro / Ramos 1986	Na perspectiva de semelhante tarefa, e prevendo que a introdução à sua edição será magra, sem uma classificação dos manuscritos, que não existem, sem uma ponderação erudita de passos-testemunho, sem uma árvore genealógica sequer, que resta ao editor, se quiser compensar esta indigência com alguns problemas enfrentados e vencidos?	101
Tavani 1988	O primeiro resultado a que se chega no exame da tradição é, pois, o seguinte esquema [...]	80
	O problema de saber a que nível a Poética teria entrado na tradição é, de qualquer modo, marginal relativamente ao assunto que aqui nos interessa, mas a sua ausência em β , ligada a outras divergências entre C e BV, dá-nos elementos suficientes para ampliar o <i>stemma codicum</i> até ao nível α : [...]	88
	O <i>stemma codicum</i> fica, portanto, estabelecido como se segue [...]	92
	O <i>stemma codicum</i> proposto por mim para este ramo da tradição [...]	124
	[...] na realidade poderia também identificar-se com uma fase de γ [= α no estema de d'Heur] cronologicamente posterior à derivação deste de δ [= (β em d'Heur), supondo que alguns fólhos iniciais tenham sido arrancados ou se tenham deteriorado depois da execução deste interposto [...]	125
	Esta cautela — oportuna e mesmo necessária aqui, como em todos os casos em que se tratam argumentos espinhosos, tais como podem ser considerados os problemas ligados à reconstrução de um <i>stemma codicum</i> [...]	125-6
	Por aquilo que me diz respeito, repito, não terei nenhuma dificuldade em renunciar, no <i>stemma codicum</i> , a este discutido interposto, cuja existência ninguém poderá garantir, mas eventualmente apenas postular.	126
	[...]Jo estudioso belga chega à convicção de que para colmar a lacuna é necessário admitir a perda no início de ζ (= γ no estema de d'Heur) do dobro dos 43 fólhos [...]	130
	[...]desencadeia a codicoclastia de d'Heur é o assinalado, no <i>stemma codicum</i> que a seu tempo julquei poder elaborar, pela letra β [...]	135
	[...]representando, todavia, um estágio da tradição melhor do que o conservado em B (e no seu ascendente δ), logo, passível de ser situado num dos planos médios do estema, provavelmente a nível de γ [...]	136
Duarte 1992	A perda neste códice (β do meu esquema) de dois fólhos que envolvessem os textos 6-7-8-8bis (e *9-*10-*11) explicaria a falta em C das indicações relativas a Ayra Moniz e aos primeiros quatro ou cinco textos de Diego Moniz [...]	161
	O inventário actual do complexo autógrafo d'A Capital!, disponível, considera 6 testemunhos de dimensões e tipos muito variados, cujas relações e orientações podem ser observadas no estema da figura 1; este estema considera ainda os testemunhos que existiram seguramente mas que tenho por desaparecidos, que marco com (), e também os que estão disponíveis mas não são autógrafos nem constam do espólio, que marco com [].	21
	Figura 1. Estema dos testemunhos d'A Capital! anteriores à edição de 1925.	22
Duarte 1993	Desta nova versão do romance - Ms β - só existe uma parte no Espólio (catalogada, tal como os testemunhos seguintes, sob a cota BN, El/287), referida no estema pela sigla MsB, correspondente grosso modo às páginas 169-573 da edição de 1925 (parte do cap. ffl e caps. IV-x) [...]	26
	[...] na edição de Dionísio de Halicarnasso (feita por Ritschl em 1838), aparece o primeiro estema (<i>stemma codicum</i>) figurando a genealogia dos testemunhos colacionados, a partir de um arquétipo comum (desconhecido mas pressuposto) e de dois subarquétipos (igualmente desconhecidos, mas responsáveis pela eclosão de duas classes, uma tida por boa, localizada à direita do estema, e uma por má, à esquerda; orientado na vertical e de leitura descendente, o estema fornecia ainda outras indicações de valor: quanto mais baixo um testemunho se encontrasse no estema, mais afastado estaria do exemplar comum, ou seja, mais erros conteria; tratava-se, pois, de uma árvore bífida invertida).	58
	O método “lachmanniano” foi, no entanto, questionado por Joseph Bédier [Bédier 1929, pp. 3-21], que criticou a divisão primária e dicotómica em dois ramos, para a qual tendiam os filólogos que o utilizavam, e, logo, o seu carácter redutor, falso, e artificial (diz ele: “Na flora filológica, apenas se encontram árvores duma única essência: é sempre um tronco a dividir-se em dois ramos mestres, e em dois somente”) [...]	59
	[...] “Uma árvore bífida não tem nada de estranho, mas um bosque de árvores bífidas, uma mata, uma floresta? <i>Silva portentosa</i> ”, ironiza ele) [<i>id.</i> , <i>ibid.</i> , pp. 11-1]	59
	<i>Stemma codicum</i> . As relações de parentesco entre os testemunhos conhecidos não deixaram de ocupar os primeiros editores desses manuscritos [...]	628
Gonçalves 1993	Mas a discussão, em termos rigorosamente filológicos, da genealogia dos cancioneiros galego-portugueses tem como ponto de partida o <i>stemma</i> (e a sua fundamentação) fixado em 1967 por Tavani [...]	628-9

Fonte	Ocorrências	p.
Gonçalves 1993 (cont.)	[...] ao <i>stemma</i> acima reproduzido, a derivação dos apógrafos italianos de antecedentes diversos e a necessidade de postular a existência de β como fonte de C vieram a constituir matéria dos estudos de J.-M. D'Heur (1974, 1984), E. Gonçalves (1976, 1988) e A. Ferrari (1979, 1991), conduzindo a uma árvore genealógica muito mais pobre [...]	629
	[...] limitar-nos-emos a sintetizar os dados que explicam a redução operada no segundo <i>stemma</i> [...]	629
	[...] relativamente à tradição cancioneresca não tem merecido a mesma atenção da parte dos estudiosos que se têm ocupado do <i>stemma</i> global.	630
Tavani 1993	[...] a comparação objectiva entre os diferentes testemunhos permitiria fixar as relações entre eles e, na base dos erros comuns, reuni-los em famílias (isto é, em grupos, cada um dos quais deriva de um antecedente comum, ou “subarquétipo”) e identificar também as relações entre estas famílias, que podem ser representadas graficamente num “ <i>stemma codicum</i> ” ou “árvore genealógica” [...]	230
	Com efeito, se as árvores genealógicas são exclusivamente ou prevalecentemente bífidas, a aplicação do critério da maioria torna-se impossível [...]	231
	Mas na prática editorial, a atitude dos editores favoráveis à identificação (mas também, por vezes, à construção) de árvores de duas (em vez de três ou mais) ramas parece, por um lado, ter a sua raiz mais no seu desejo, talvez inconsciente, de não renunciar à liberdade de escolha entre as variantes textuais que estas árvores lhes deixam, do que a uma efectiva pobreza da tradição nos planos altos dos “ <i>stemma</i> ” [...]	231
Brocardo 1997	Tais métodos foram, naturalmente, adaptados ao objectivo deste pequeno estudo, que não pretende chegar à constituição de um <i>stemma</i> , etapa a atingir, ao menos idealmente, no processo de uma edição crítica.	78
	É o que parece crer Lázaro (1990) que desenha um <i>stemma</i> trifido, de cujo segundo ramo este testemunho seria representante.	105, n.36
Calado 1988	Nestas circunstâncias, não teria sentido uma tentativa de desenhar um estema, visto que apenas teríamos um original (desaparecido) e dois produtos finais de que apenas sabemos não serem cópia um do outro (aliás só seria possível P ser cópia de C), desconhecendo-se totalmente o número e a posição das cópias intermédias.	xviii
Reynaud 2000	O “demónio da teleologia”, que na expressão saborosíssima de Jean-Louis Lebrave “habita o modelo do estema”, não se limita a pregar partidas aos geneticistas que querem subtrair-se à força do modelo textual filológico... Acaba, mais cedo ou mais tarde, por guiar a mão de quem procura decalcar com um mínimo de rigor a escrita de uma mão apagada, procurando desvendar nesse gesto cúmplice o íntimo pensamento que a moveu.	133
West 2002	ou poderá tornar-se evidente que não há <i>stemma</i> que se aplique cabalmente à situação [...]	17
	Se os manuscritos mais antigos puderem ser integrados num <i>stemma</i> , deverá ser fácil determinar a promiscuidade dos mais recentes [...]	17
	Se a relação dos manuscritos mais antigos resistir à análise, será, mesmo assim, ainda possível identificar subgrupos, cuja estrutura possa ser organizada num <i>stemma</i> .	17
	Será possível reconhecer grupos de cópias afins ou construir um <i>stemma</i> [...]	36
	Uma vez estabelecido o <i>stemma</i> , podemos usá-lo para eliminar algumas das variantes, demonstrando que elas tiveram a sua origem neste ou naquele manuscrito e que não foram herdadas de uma tradição anterior.	40
	Suponhamos que dos nove manuscritos do sistema, só três chegaram até nós, em vez de seis, nomeadamente A, F e D. A comparação das suas lições dar-nos-ia o seguinte <i>stemma</i> [...]	41
	Qualquer <i>stemma</i> que construamos para os manuscritos de autores clássicos está igualmente sujeito a ser uma simplificação excessiva da realidade histórica.	42
	O verdadeiro <i>stemma</i> seria agora [...]	42
	Construiríamos o seguinte <i>stemma</i> [...]	42
	Em Catulo 12,4, por exemplo, encontrando-se os manuscritos primários relacionados entre si da maneira que se mostra, formam o seguinte <i>stemma</i> [...]	44
	Além de OGR, há, de Catulo, muitos manuscritos posteriores e derivados, cujas afinidades não podem ser reduzidas a um <i>stemma</i> .	45
	Suponhamos que o primeiro caso é verdadeiro, o que é ilustrado pelo <i>stemma</i> acima apresentado.	46
	Por exemplo, se B nunca comete os erros de H ou de P, ainda que H e P errem muitas vezes um com o outro, podemos extrair o <i>stemma</i> [...]	47
	Suponhamos que temos seis manuscritos BCDEFM, que se relacionam efectivamente entre si como no <i>stemma</i> apresentado <i>infra</i> .	47
	inferir um <i>stemma</i> da seguinte forma [...]	48
	Retomemos o <i>stemma</i> acima apresentado para BHP.	49
	Quando o crítico assentar em que não há possibilidade de se construir um <i>stemma</i> , como deverá ele proceder?	51
	(o <i>stemma</i> é uma forma alargada do da p. 48)	53
	Revela-se impossível avançar com a construção de mais algum <i>stemma</i> .	54

Fonte	Ocorrências	p.
West 2002 (cont.)	Se se der o caso de os manuscritos se encontrarem relaciona dos, como sucede no <i>stemma</i> da p. 38, é fácil verificar que uma lição apresentada apenas por A tem precisamente tantas probabilidades de estar correcta como outra em que BCDEF são unânimes.	59-60
	O manuscrito A, no <i>stemma</i> acabado de mencionar, tem o mesmo 'peso' que as outras cinco cópias combinadas.	60
	Tomemos uma tradição contaminada, para a qual não se pode estabelecer nenhum <i>stemma</i> .	60
	A propensão para a emenda, longe de desacreditar um manuscrito, pode ser sintomática de um interesse pelo texto que também suscitou a consulta de cópias remotas, como é o caso da utilização de λ pelo manuscrito tardio A no <i>stemma</i> da p. 53.	60
	De qualquer modo, é aconselhável registar variantes ortográficas de forma razoavelmente sistemática, pelo menos em porções do texto, porquanto poderão ter utilidade (embora não por si próprias) na elaboração dos pormenores de um <i>stemma</i> , e não deixam de ser instrutivas em si.	86
	o computador poderia — onde não houvesse contaminação! — desenvolver um <i>stemma</i> 'não-orientado'.	92
	Se as conclusões da discussão puderem ser apresentadas em forma de <i>stemma</i> , deve incluir-se um <i>stemma</i> : nada as torna mais fácil de localizar ou compreender.	94
	Não é possível construir um <i>stemma</i> , mas a maioria dos manuscritos enquadra-se em grupos claramente definidos.	137
	Tanto quanto lhes diz respeito, trata-se de uma <i>recensio</i> fechada, sendo o <i>stemma</i> o seguinte [...]	175
	Estes factos podem enquadrar-se num dos dois <i>stemmata</i> seguintes [...]	194
Macchi 2007	o que é um ponto a favor do primeiro <i>stemma</i> .	194
	2. Árvore genealógica dos manuscritos	xxv
	TÁBUA I <i>Stemma Codicum</i>	xxxv
	A recensão das lições apresentadas por todos os códices atrás discriminados levou-nos à definição de um <i>stemma codicum</i> orgânico e completo (Tábua I), do qual resulta a inicial bipartição do arquétipo em dois subarquétipos [...]	xxxv
	Mas dado que a contaminação, que reduz de forma grave a possibilidade de construir estemas com certeza total, não pode ser invocada indiferentemente para explicar todas as situações, o bom senso obriga a atribuir-lhe as anomalias que não se podem explicar de outro modo, mas distinguindo criteriosamente qual, entre duas possíveis anomalias que se excluem reciprocamente, é verdadeiramente uma anomalia e pode ser atribuída exclusivamente à contaminação.	lvii
	Podemos considerar terminada a demonstração do estema na sua parte substancial [...]	lviii
	A dúvida mais grave em relação ao estema proposto tem a ver com a posição recíproca do nível relativo a M e do nível a que pertence Na (juntamente com Cb, No, Pa e Td).	lxi
	O critério fundamental seguido na elaboração do estema é que a contaminação, sendo embora aquela doença contra a qual não há remédio, não deve ser usada como o remédio para todas as doenças: por outras palavras, só podemos e devemos invocar a sua presença quando nenhuma outra explicação for satisfatória, e postulando sempre o mecanismo mais económico.	lxi
	Os manuscritos Tf, Ai, Ne, Ag, apresentando lacunas ou lições duvidosas em vez de algum ou alguns dos erros 2-9, não foram incluídos no estema, mesmo tendo sido confirmada a sua pertença ao ramo a graças à presença em todos do erro 1.	lxii
	Diferentemente, no entanto, do que acontece na tradição a, onde incide também ao nível dos erros fundamentais que caracterizam o ramo, em (3 os passos, bem numerosos, em que a contaminação é evidente não incidem sobre a fisionomia do estema acima proposta.	lxiv
	Para lá da possibilidade prática de individuar sempre com exactidão os modos nos quais a contaminação funcionou e, em muitos casos, de averiguar a sua própria existência, permanece a constatação fundamental de que o estema proposto se baseia em máximas exemplificações cuja evidência lógica não poderá ser revogada por um escasso número de passos [...]	lxviii
	[...] por outro lado, nenhum estema seria capaz de satisfazer ao mesmo tempo tantas situações, opostas e contraditórias, de concordância e de separação entre os manuscritos.	lxviii
	Com base nesta tábuia fiz uma tentativa de sistematização básica dos manuscritos numa árvore genealógica sintética, em que a certeza não passa do grau y, enquanto nos planos inferiores não são reconhecíveis senão determinados níveis em torno dos quais é possível tentar reunir manuscritos muitas vezes muito distantes entre si do ponto de vista cronológico.	lxi
	Para concluir o discurso sobre o <i>stemma</i> proposto, resta-nos agora tomar novamente em consideração o ramo [3 para examinar o fenómeno da contaminação, também aí largamente presente.	lxiii

Fonte	Ocorrências	p.
Dionísio 2007	[...] apresenta o estema patente na capa da edição original [...]	105
	Prefiro, no entanto, a noção de que o estema transmitirá uma representação gráfica dos resultados de um raciocínio hipotético sobre o parentesco entre os códices, entre a relativização radical da estemática segundo Bédier e a relativização moderada segundo Contini.	112
	[...] se o <i>stemma</i> é um auxiliar na constituição do texto [...]	122
Novais 2007	Nessa sequência, damos, em forma de estema, o conjunto dos testemunhos que se apresentam directa e indirectamente relacionados com o processo genético de Jacob e o Anjo e estabelecem a passagem gradual do texto poético ao texto dramático. Deste modo, constatamos que se trata de uma longa <i>génese</i> [...]	297
	Estema da <i>génese</i> de Jacob e o Anjo, a nível do subtítulo e da estrutura externa [...]	298
Sobral 2010	Quanto ao lugar do manuscrito português (C) no <i>stemma</i> que se desenha, excluindo por agora o texto sobre a Ressurreição, que constitui um caso à parte, não há qualquer dúvida de que ele pertence à família B2.	1687
	[...] no <i>stemma</i> proposto por Aragües.	1687, n.5
	O <i>stemma</i> da família B2 seria, então, o seguinte [...]	1691
	Aceitando como suficientemente fundamentadas as filiações acima esquematizadas, restam por analisar alguns dados da colação que fogem ao enquadramento mais óbvio do <i>stemma</i> [...]	1691
Camões 2010	[...] uma lição ligeiramente diferente do texto impresso em 1559, mas ainda assim muito próxima, pelo que a questão de edição crítica seria simples de resolver, podendo apenas acrescenta-se ao <i>stemma</i> virtual uma eventual cópia na transmissão do original.	348
	O que obriga a uma nova configuração do estema [...]	350
[Duarte]	<i>Stemma codicum</i> : esquema que representa a tradição manuscrita ou impressa de uma dada obra. Nele, os testemunhos são representados por meio de letras e as relações que se estabelecem entre eles por meio de setas. O <i>stemma</i> tem ao mesmo tempo um interesse histórico (porque reconstrói o percurso da transmissão duma obra) e um interesse prático (porque guia as operações de <i>restitutio textus</i> e de <i>emendatio</i>).	em linha

Quadro 2. Ante-texto, ordenação cronológica

Fonte	Ocorrências	p.
Reynaud 2000	Daí a impossibilidade de reunir os dados indispensáveis a um estudo estritamente genético, que permitisse uma reconstituição fiável das etapas de elaboração da obra até à sua conclusão, com vista ao estabelecimento do <i>antetexto</i> [...]	67
	O objecto da crítica genética é a reconstituição do trajecto sinuoso que vai da <i>escrita</i> à <i>obra</i> , isto é, o estabelecimento do <i>avant-texte</i> .	67, n.6
Castro 2012	Na lista que segue, as peças estão ordenadas por poema e, dentro de cada um, pela sua cronologia, conforme a interpretei.	28
	Claro que a abundância de manuscritos, ao resolver uns problemas, cria outros, designadamente a sua classificação e ordenação: é por isso que o modelo genético-crítico não se deve apresentar como uma edição de texto forte e firme mas antes como uma hipótese de trabalho.	52
	[...] executor da rotina de trabalho que ordenará o universo dos papéis de Pessoa. A sua missão será: — Conhecer todo o Espólio; — Aproximar todos os documentos relativos a um texto; — Ordená-los cronologicamente e estabelecer a génese do texto;	162
	Esta atitude exige a ordenação cronológica dos sucessivos estados de um texto [...]	182
	Face a um tal <i>corpus</i> , representativo da passagem do tempo, o primeiro trabalho do editor consiste em ordená-lo cronologicamente, em encontrar o fio que relaciona os diversos testemunhos de cada texto, determinando a sucessão cronológica das peças e, dentro de cada uma, se for o caso, determinando a estratificação das diversas campanhas de revisão.	184
	Até aqui coincidimos na ordenação dos papéis e no considerar o grupo como destacado do conjunto. (Cleonice Berardinelli, "Consertando desconcertos")	300
	Não se poderá saber — a não ser que apareçam outros testemunhos — se esta é a verdadeira ordenação dos testemunhos. (Cleonice Berardinelli, "Consertando desconcertos")	303
	[...] a reconstituição da génese do texto desde os primeiros ensaios até ao estado acabado, ou último, em que o autor o deixou. Por outras palavras, trata-se aqui de pôr por ordem cronológica as peças do ante-texto, determinar quais são as derradeiras e preparar, assim, o dispositivo para o estabelecimento do texto e do aparato genético [...]	339

Quadro 3. Classement, ordre chronologique, ordre génétique

Fonte	Ocorrências	p.
Wetherill 1980	L'ordre dans lequel ils sont reproduits ici correspond à l'ordre chronologique de leur rédaction [...]	45
Biasi 1980	Les brouillons de ce passage, parfois difficiles à classer, semble évoluer dans cet ordre: F°479, F°456R, F°475R, F°469, F°441R; il faut y ajouter, pour la scène d'arrivée des parents, le F° 474R et le F°431R qui font probablement suite, respectivement, à F°475R et F°456R [...]	81
Duchet 1980	J'ai procédé moi-même au classement des différents états du fragment de la sé- quence [...]	129
Bonaccorso 1983	Classement chronologique des manuscrits [...]	XXIV
Grésillon 1994	Classer et déchiffrer	113
	Quelle que soit la nature exacte du dossier, celui-ci doit d'abord donner lieu à un classement, c'est-à-dire à la restitution de l'ordre chronologique des pièces qu'il contient.	113
	Classer, c'est donc non seulement restituer les feuillets dans leur ordre génétique, mais aussi établir la chronologie relative des éléments à l'intérieur de chaque page d'écriture.	118
	[...] le classement génétique [...] ce qui s'appelle très modestement "classement et déchiffrement des documents génétiques", loin d'être une simple opération technique, réclame en réalité le concours d'un nombre considérable de compétences matérielles et intellectuelles simultanées.	120
	La deuxième partie présentera alors, dans l'ordre chronologique de l'écriture, les té- moins de chaque étape génétique.	136
	Stemma: arborescence généalogique dont les divers embranchements figurent la succession, la hiérarchie et l'interdépendance des *témoins manuscrits et imprimés de l'élaboration textuelle.	245
Biasi 2011	Mais pour comprendre ces documents et donner à voir l'enchaînement des opé- rations qui ont fait évoluer la rédaction jusqu'à sa forme définitive, encore faut-il avoir inventorié, classé, dater et déchiffrer toutes les pièces du dossier génétique qui, à l'état brut, ne sont ni lisibles, ni ordonnés, ni interprétables.	68-69
ITEM 2015	avant-texte: Dans un sens plus spécialisé, le dossier de é genèse une fois qu'il a été classé chronologiquement et transcrit.	em linha

Quadro 4. Lição genuína, lição autêntica, lição primitiva, lição correcta, lição verdadeira, lição original, boa lição

Fonte	Ocorrências	p.
Cintra 1951	Se muitas vezes a versão mais moderna, fornecida pelos outros manuscritos, nos permite chegar à verdadeira lição melhor do que o texto corrompido de <i>M</i> , só este último nos pode esclarecer sobre a constituição geral da redacção primitiva da <i>Crónica</i> .	30
	Ora, no trecho analisado por Menéndez Pidal, o manuscrito <i>U</i> apresentava a lição “el rey en cuyo tiempo esta arca fuere abierta” completamente correcta.	55
	Mas como explicar, também neste caso, a discordância de <i>U</i> com <i>M</i> — a lição correcta da redacção mais recente perante a lição errada da redacção mais antiga?	55-6
	O redactor de <i>M</i> , que dá outra ordem à frase, apresenta a lição correcta [...]	60
	Perante os erros de <i>UQ</i> , o texto português (<i>LP</i>) apresenta sempre, tal como acontecia na derivação de <i>Rasis</i> , a lição correcta.	64
	Por outro lado, perante os passos errados em <i>UQ</i> , <i>M</i> apresenta, sempre que os dois textos oferecem correspondência, ou lições correctas ou lições também erróneas mas divergentes das de <i>UQ</i> .	65
	<i>LP</i> apresenta a lição correcta: “E dous ricos homêes tomaron Paulo pelos cabelos...” (cap. CLXIV, 19).	67
	Ora os mesmos argumentos de que nos servimos para rejeitar a possibilidade da derivação: <i>Rasis</i> de <i>W</i> + <i>Rasis</i> de Gil Peres > <i>Rasis</i> de <i>X</i> , nos levam a rejeitar a hipótese da derivação: <i>Rasis</i> de <i>M</i> + <i>Rasis</i> de Gil Peres > <i>Rasis</i> de <i>X</i> , única capaz de explicar as lições correctas de <i>LP</i> perante as lições erróneas de <i>M</i> .	77
	Não foi difícil a Carolina Michaëlis apontar em <i>Peynos Porcel</i> uma deturpação de <i>Perannes Portel</i> , tanto mais que nos extractos que, no século XVI, André de Resende fez do códice que possuía, se encontra a lição correcta: “Pedreanes de Portel, filho de dom Joam de Avoim” [...]	143
	Já anteriormente supusera Magalhães Basto que nesse resumo — e não no extenso trecho da versão impressa — estava a lição original do cronista.	180, n.159
	A lição parece mais lógica e por isso, sem dúvida, a supôs Menéndez Pidal primitiva e viu na outra um texto erróneo proveniente de um códice mau da <i>Crónica de 1344</i> . Mas a verdade é que não sabemos se Sueiro ou Sancho Fernandes era o alferes de Madrid ou qualquer outro combatente e, portanto, qual a lição que melhor corresponde à verdade histórica. Por outro lado, verificámos em muitos outros casos que o redactor da <i>Crónica de 1344</i> retocou o texto da <i>Crónica de Castela</i> . Neste caso é também muito possível admitir que a versão que nos apresenta se deva a um retoque semelhante.	242
	Embora visse de forma diversa a relação dos textos, Menéndez Pidal observou e apontou — precisamente a respeito deste trecho — a melhor qualidade das lições da <i>Crónica de Vinte Reis</i> .	294
	É à lição mais perfeita <i>Cutier</i> , e não a <i>Martyn</i> do ms. 8539, que deve corresponder a abreviatura do ms. <i>A da Tradução</i> .	321, n.11
	Isto não quer dizer que <i>P</i> não conserve, algumas vezes, mais fielmente do que <i>L</i> a lição original; vimos um caso deste tipo no segundo dos exemplos citados: “se lhe desse o senhorio” é um erro de <i>L</i> que <i>P</i> não apresenta; neste manuscrito, lê-se a lição correcta “se lhe ño desse o senhorio”.	530
	Encontramos muitas vezes a lição correcta correspondente à de <i>LP</i> , ora só em <i>U</i> , ora só em <i>Q</i> .	532
Castro 1976-7	[...]e chegou à conclusão de que esse original não podia ser nenhum dos dois manuscritos mencionados, já que continha lições correctas, em casos em que aqueles apresentavam erratas ou lacunas.	532
	O segundo grupo (<i>b</i>) mostra que, no entanto, <i>C</i> diverge frequentes vezes do original com cuja lição correcta é nestes casos conservada pelo conjunto dos outros manuscritos.	538
	[...] na maioria dos casos em que o confronto de <i>L</i> com <i>Pe</i> com os manuscritos castelhanos <i>U</i> e <i>Q</i> demonstra, pela coincidência de <i>PUQ</i> contra <i>L</i> , que a lição de <i>P</i> é a preferível.	540
	Na primeira ordem das notas, apresento neste caso as lições dos vários códices e, quando ela é conhecida, a lição correcta da fonte.	543
	É, neste caso, fácil determinar a lição correcta: apresentamo-la sempre em segundo lugar, o que nos faz descobrir que nem 110, nem 112 têm o privilégio da perfeição. Mais ainda: a lição correcta ora se encontra num, ora no outro estado do texto, o que equivale a dizer que ambos os estados apresentam erros e que nenhum deles é uma versão corrigida do outro, ao contrário do que supunha Carolina Michaëlis. Isso verifica-se em certos pares conjugados, que têm simultaneamente lições correctas e lições erradas. Veja-se o caso do par 3/4 (as lições correctas vêm na 2ª coluna).	106
	Concluimos deles que as variantes entre uma lição correcta e uma lição errada não são consequência de um processo de correcção e que as duas lições foram provavelmente produzidas em duas fases distintas de composição a partir do original, independentes uma da outra e executadas por dois compositores diferentes que cometeram erros em locais diferentes, como é natural.	107

Fonte	Ocorrências	p.
Picchio 1979	[...] “amigo loução” do v. 13, é sem dúvida lição preferível à variante de B [...]	65
	Com esta última proposta teoriza-se o conceito do texto crítico que é possível propor ao leitor numa edição crítica, como imagem virtual e não real: e isto com base na constatação de às vezes o conjunto da <i>varia lectio</i> sugerir com segurança a lição original, mas em muitos casos ela se limitar a indicar uma aparência semântica através do confronto entre os sistemas estilísticos dos vários grupos de manuscritos.	224
Tavani 1988	O <i>Cancioneiro da Ajuda</i> é o mais antigo dos três códices que nos conservaram a poesia lírica galego-portuguesa e é também o mais cuidado, não só pela regularidade e nitidez da escrita ou por outras razões externas, como sejam as miniaturas, os espaços previstos para a notação musical, mas sobretudo porque nas partes comuns aos outros dois cancioneiros é quase sempre portador da melhor lição ou, de qualquer modo, da lição mais aceitável do ponto de vista linguístico, métrico e temático.	89 a
	Para excluir a hipótese de que seja A a derivar de a bastariam os inumeráveis lugares, alguns dos quais serão assinalados aqui a seguir, mas que são tão frequentes que nem requerem exemplificação, em que A apresenta lições seguramente melhores do que B ou BV: V	89 b
	A, que ficou intacto na fase da sua transcrição, sujeito a deteriorações, mas substancialmente conservador da melhor lição [...]	92
Gonçalves 1991	Conjectura por conjectura, preferimos conjecturar que a lição originária fosse a que transmitem os três códices e que as nove sílabas contadas se tornassem dez quando o verso fosse interpretado musicalmente.	32
	Pelo que respeita ao caso da cantiga que provocou esta explanação, o testemunho de T, onde as iniciais de estrofe e de finda (as que restam...) foram todas escritas com maiúscula desenhada e preenchida a vermelho ou a azul, reforça as nossas dúvidas de que na lição originária a finda tivesse copulativa: o S inicial não só se encontra bem desenhado e colorido, como tem ao lado, no intercolúnio, a letra-guia S, escrita a vermelho, como as outras que se podem ver.	33
	Interpretamos a concordância dos três manuscritos na lição <i>min</i> como um indício de que a lição originária seria a forma nasalada e não a variante <i>mi</i> , que Lang e Nunes introduziram no verso.	34
	v. 2. Lapa, entendendo que a lição manuscrita <i>dome</i> (d'ome) não fazia sentido, eliminou a preposição, que atribuiu a erro de troca de <i>h</i> por <i>d</i> : uma lição originária <i>home</i> teria sido substituída por <i>dome</i> .	54
	A lição do manuscrito é correcta e as intervenções de Lapa não se justificam.	74
	Afastamo-nos desse procedimento, mantendo, portanto, a lição manuscrita, por entendermos que o copista reproduziu a lição originária: fazendo rimar <i>omen</i> com <i>come</i> , isto é, vogal nasal com vogal oral, D [...]	75
Duarte 1992	[...] torna-se necessário repor a ordem, e inflectir a tradição no sentido de, uma vez que não é possível apagá-la, a adequar às lições autênticas deixadas pelo autor.	63
Duarte 1993	Não é o discurso interior, porque ele não tem, nem nunca teve, existência material (uma estrutura linguística documentada num suporte material, mensurável e analisável), e por isso não pode ser utilizado como “documento” aferidor da autenticidade ou da não-autenticidade de uma dada lição [...]	66-7
Tavani 1993	O critério que preside à escolha da lição “autêntica” (ou que tal apareça ao editor) entre as diferentes versões do mesmo texto ou do mesmo segmento textual transmitidas pelos diversos manuscritos mudou muitas vezes no decurso dos séculos.	203
	[...] se duas famílias (dois subarquétipos) coincidem num segmento textual contra uma terceira ou contra outras famílias — cada uma das quais transcreve aquele mesmo segmento de maneira diferente das demais —, essa coincidência assinala um segmento textual que pertence ao arquétipo, isto é, documenta a lição mais próxima do original.	231
	[...] princípio da “difracção” ou dispersão de variantes (uma lição arquetípica mal entendida — em geral, uma “lectio difficilior” — pode dar origem a uma série de variantes, através das quais é possível remontar à lição primitiva [...])	232
	[...] a lição menos banal tem maiores possibilidades de ser a lição autêntica [...]	232
Brocardo 1997	[...] lições que designei por “piores”, isto é, lições que, não constituindo propriamente erros, evidenciam um menor grau de adequação ao contexto.	80
	A, e M, que apresentam lição correcta, não, porém, coincidente com a de C e L, que é igualmente correcta [...]	95
	De acordo com este princípio não se corrige o texto do manuscrito editado em função do manuscrito G, que, aliás, só pontualmente apresenta lições que se podem considerar mais correctas.	168
Calado 1998	Certo é, porém, que para além das distâncias e aproximações entre os dois manuscritos, há que notar uma repartição quase equitativa dos erros evidentes, que ajuda a controlar as correcções e a optar pela melhor lição.	XVIII
	Contribui para esta conclusão o conhecido “sol e sombra” por “sob a sombra” (42.18), que aparece em P e nos derivados do mesmo texto (Galvão e Acenheiro), mas não existe em C, onde se lê a forma correcta.	XVIII

Fonte	Ocorrências	p.
West 2002	[...] ou poderá tornar-se evidente que não há <i>stemma</i> que se aplique cabalmente à situação [...]	17
	Se os manuscritos mais antigos puderem ser integrados num <i>stemma</i> , deverá ser fácil determinar a promiscuidade dos mais recentes,	17
	Se a relação dos manuscritos mais antigos resistir à análise, será, mesmo assim, ainda possível identificar subgrupos, cuja estrutura possa ser organizada num <i>stemma</i> .	17
	Será possível reconhecer grupos de cópias afins ou construir um <i>stemma</i> [...]	36
	Uma vez estabelecido o <i>stemma</i> , podemos usá-lo para eliminar algumas das variantes, demonstrando que elas tiveram a sua origem neste ou naquele manuscrito e que não foram herdadas de uma tradição anterior.	40
	Suponhamos que dos nove manuscritos do sistema, só três chegaram até nós, em vez de seis, nomeadamente A, F e D. A comparação das suas lições dar-nos-ia o seguinte <i>stemma</i> [...]	41
	Qualquer <i>stemma</i> que construamos para os manuscritos de autores clássicos está igualmente sujeito a ser uma simplificação excessiva da realidade histórica.	42
	O verdadeiro <i>stemma</i> seria agora [...]	42
	Construiríamos o seguinte <i>stemma</i> [...]	42
	Em Catulo 12,4, por exemplo, encontrando-se os manuscritos primários relacionados entre si da maneira que se mostra, formam o seguinte <i>stemma</i> [...]	44
	Além de OGR, há, de Catulo, muitos manuscritos posteriores e derivados, cujas afinidades não podem ser reduzidas a um <i>stemma</i> .	45
	Suponhamos que o primeiro caso é verdadeiro, o que é ilustrado pelo <i>stemma</i> acima apresentado.	46
	Por exemplo, se B nunca comete os erros de H ou de P, ainda que H e P errem muitas vezes um com o outro, podemos extrair o <i>stemma</i> [...]	47
	Suponhamos que temos seis manuscritos BCDEFM, que se relacionam efectivamente entre si como no <i>stemma</i> apresentado <i>infra</i> .	47
	[...] inferir um <i>stemma</i> da seguinte forma [...]	48
	Retomemos o <i>stemma</i> acima apresentado para BHP.	49
	Quando o crítico assentar em que não há possibilidade de se construir um <i>stemma</i> , como deverá ele proceder?	51
	(o <i>stemma</i> é uma forma alargada do da p. 48)	53
	Revela-se impossível avançar com a construção de mais algum <i>stemma</i> .	54
	Se se der o caso de os manuscritos se encontrarem relaciona dos, como sucede no <i>stemma</i> da p. 38, é fácil verificar que uma lição apresentada apenas por A tem precisamente tantas probabilidades de estar correcta como outra em que BCDEF são unânimes.	59-60
	O manuscrito A, no <i>stemma</i> acabado de mencionar, tem o mesmo 'peso' que as outras cinco cópias combinadas.	60
	Tomemos uma tradição contaminada, para a qual não se pode estabelecer nenhum <i>stemma</i> .	60
	A propensão para a emenda, longe de desacreditar um manuscrito, pode ser sintomática de um interesse pelo texto que também suscitou a consulta de cópias remotas, como é o caso da utilização de λ pelo manuscrito tardio A no <i>stemma</i> da p. 53.	60
	De qualquer modo, é aconselhável registar variantes ortográficas de forma razoavelmente sistemática, pelo menos em porções do texto, porquanto poderão ter utilidade (embora não por si próprias) na elaboração dos pormenores de um <i>stemma</i> , e não deixam de ser instrutivas em si.	86
	[...] o computador poderia — onde não houvesse contaminação! — desenvolver um <i>stemma</i> 'não-orientado'.	92
	Se as conclusões da discussão puderem ser apresentadas em forma de <i>stemma</i> , deve incluir-se um <i>stemma</i> : nada as torna mais fácil de localizar ou compreender.	94
	Não é possível construir um <i>stemma</i> , mas a maioria dos manuscritos enquadra-se em grupos claramente definidos.	137
	Tanto quanto lhes diz respeito, trata-se de uma <i>recensio</i> fechada, sendo o <i>stemma</i> o seguinte [...]	175
	Estes factos podem enquadrar-se num dos dois <i>stemmata</i> seguintes [...]	194
	[...] o que é um ponto a favor do primeiro <i>stemma</i> .	194
Macchi 2007	[...] o facto de se tratar de uma conjectura, e não de uma lição transmitida, é demonstrado pela concordância no erro de Tg e B, que seria impossível se ao nível de 8 existisse já a lição correcta "screviam".	LIII a
	Tenho para mim que, para explicar semelhante estado da tradição, é necessário admitir que o arquétipo apresentasse já o erro na forma testemunhada por Ta, que pressupõe como lição correcta "húua vez": esta terá sido restaurada, através de uma conjectura elementar, por um ou mais manuscritos do ramo a abaixo de Ta.	LIII b
	Por conseguinte, prefiro restituir "[vez]" e não aceitar a lição de P que, embora seja igualmente satisfatória em relação ao sentido, não pode explicar tão bem a corruptela de Ta.	LIII c
	É também singular que, em 17.131, Ta volte a cair no mesmo engano, enquanto p apresenta a lição correcta.	LIV

Fonte	Ocorrências	p.
Macchi 2007 (cont.)	[...] as lições correctas de Nn e B devem ser consideradas emendas conjecturais e não colocam nenhuma dificuldade [...]	LIV
	Também em 13.44 manteve a lição concordante de Ta e de P ("receberam"), não sendo possível excluir que se trate de uma lição original.	LV
	[...] mas a própria evidência da corrupção e o facto de P ser portador da lição correcta tornam insignificante semelhante contributo.	LVIII
	A lição de P aparece já em Ayala e é portanto original.	LXXI
	A lição de p é nitidamente preferível, sendo mais conforme ao <i>usus scribendi</i> de Fernão Lopes [...]	LXXII
	Também neste caso parece preferível a lição de β, por uma dúplice ordem de motivos [...]	LXXII
	Trata-se de dois passos de natureza tal que não é possível estabelecer com certeza se se trata de corruptelas de Ta e de Lb imputáveis a poligénese ou se o erro remonta ao arquétipo e a lição correcta de δ deve ser atribuída a uma conjectura, aliás muito fácil.	LXXIII
	As lições de β são preferíveis como <i>difficiliores</i> .	LXXIII
Sobral 2010	A corroborar a hipótese de filiação de C, temos ainda uma lição correcta deste testemunho onde tanto S2 como L se afastam da lição conservadora [...]	1690
	A lição correcta de S2 teria então de ser, em 58, resultado de uma correcção do copista [...]	1693
Castro 2013	[...] a mais autorizada de todas as lições autênticas é a mais recente, aquela que representa a intenção do autor tal como foi, pela última vez, materializada através da escrita.	103

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Corpus bibliográfico para documentação de termos

- Brocardo, Maria Teresa (1997): "Introdução", em *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses de Gomes de Zurara. Edição e Estudo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 9-170.
- Calado, Adelino de Almeida (1998): "Introdução", em *Crónica de Portugal de 1419*, edição crítica com introdução e notas de A. A. Calado. Aveiro: Universidade, VII-LI.
- Camões, José (2010): "Editar Sá de Miranda: a economia do hipertexto", em Maria João Reynaud / Francisco Topa (eds.), *Crítica Textual & Crítica Genética em Diálogo*, Colóquio Internacional. Porto 18-20 de Outubro 2007. Actas. Vols. I-II. München: FCT / Martin Meidenbauer, vol. II, 337-359.
- Castro, Ivo (1976-1977): "A edição de 1516 do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende", em colaboração com Helena Marques Dias, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, IV série, nº 1, 93-125.
- Castro, Ivo (1995): "Filologia", *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, 2. Lisboa: Verbo.
- Castro, Ivo (1999-2000): "A fascinação dos espólios", *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, série 3, nº 5, 161-166.
- Castro, Ivo (2007): "Introdução", em Camilo Castelo Branco, *Amor de Perdição*, edição crítica e genética de I. Castro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 9-121.
- Castro, Ivo (2008): "A importância da rasura no manuscrito de *Amor de Perdição*", em Margarida Braga Neves / Maria Isabel Rocheta (eds.), *O Domínio do Instável (A Jacinto do Prado Coelho)*. Porto: Caixotim, 161-180.
- Castro, Ivo (2012): "Emendas em curso de escrita", em Armanda Costa / Inês Duarte (eds.), *Nada na linguagem lhe é estranho (Homenagem a Isabel Hub Faria)*. Porto: Afrontamento, 423-432.
- Castro, Ivo (2013): *Editar Pessoa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Castro, Ivo / Maria Ana Ramos (1986): "Estratégia e tática de transcrição", *Critique Textuelle Portugaise*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 99-122.
- Cintra, Luís Filipe Lindley (1951): «Introdução», em *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Edição crítica do texto português por L.F.L. Cintra. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Coelho, Jacinto do Prado (1976): *Ao contrário de Penélope*. Lisboa: Bertrand.
- Correia, Ângela (2010): "Palavras escarninhas de Joam Soares Coelho. Bon Casament'á, pero sen gran milho", em Mercedes Brea / Santiago López Martínez-Morás (eds.), *Aproximacións ao estudo do Vocabulario trobadoresco*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia-Centro Ramon Piñeiro, 135-149.
- Díaz de Bustamante, José Manuel (1993): "Manuscritos", em Giuseppe Tavani / Giulia Lanciani (eds.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 430-431.

- Dionísio, João (2007): "Criticus fit", *Veredas* 8, 104-125.
- Duarte, Luiz Fagundes (1992): "Introdução", em Eça de Queirós, *A Capital! (começos duma carreira)*, edição crítica por L. F. Duarte. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 15-77.
- Duarte, Luiz Fagundes (1993): *A fábrica dos textos. Ensaio de Crítica Textual acerca de Eça de Queiroz*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Duarte, Luís Fagundes (2007): "Tempo de perguntar", *Veredas* 8, 11-29.
- [Duarte, Luiz Fagundes], *Glossário de Crítica Textual*. Mestrado em Edição de Texto. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, s.d.: <http://www2.fcsh.unl.pt/invest/glossario/glossario.htm> [acedido em 13-09-2015].
- Fonseca, Fernanda Irene (2008): "Introdução", em Vergílio Ferreira, *Diário Inédito*, ed. de F. I. Fonseca. Lisboa: Bertrand, 11-37.
- Godinho, Hélder (2007): "O espólio de Vergílio Ferreira", *Veredas* 8, 319-330.
- Gonçalves, Elsa (1991): *Poesia de Rei – Três Notas Dionísias*. Lisboa: Cosmos.
- Gonçalves, Elsa (1993): "Tradição manuscrita da poesia lírica", em Giuseppe Tavani / Giulia Lanciani (eds.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 627-632.
- Lisboa, João Luís / Tiago dos Reis Miranda (2010): "Editar cartas e notícias setecentistas", em Maria João Reynaud / Francisco Topa (eds.), *Crítica Textual & Crítica Genética em Diálogo*, Colóquio Internacional. Porto 18-20 de Outubro 2007. Actas. Vols. I-II. München: FCT / Martin Meidenbauer, vol. II, 311-326.
- Macchi, Giuliano (2007): "Introdução", em Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro*, edição crítica, introdução e índices de G. Macchi, tradução de Clara Rowland. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, XI-LXXVII.
- Nascimento, Aires A. (1993): "Códice", em Giuseppe Tavani / Giulia Lanciani (eds.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 160-163.
- Novais, Isabel Cadete (2007): "José Régio: enveredando pelos trilhos da sua criação", *Veredas* 8, 285-302.
- Picchio, Luciana Stegagno (1979): *A Lição do Texto*. Tradução de Allberto Pimenta. Lisboa: Edições 70.
- Pizarro, Jerónimo (2007): "Pessoa existe?", *Veredas* 8, 244-259.
- Prista, Luís (2007): "Um manuscrito de João Félix Pereira: a Carta sobre a Reforma Ortográfica de Barbosa Leão", *Veredas* 8, 147-69.
- Reis, Carlos / Maria do Rosário Milheiro (1989): *A construção da narrativa queirosiana*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Reynaud, Maria João (2000): *Metamorfoses da escrita*. Porto: Campo das Letras.
- Sobral, Cristina (2010): "Um manuscrito da Tradição B dos legendários ibéricos", em José Manuel Fra-dejas Rueda et al. (eds.), *Actas Del XIII Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*. Valladolid: Ayuntamiento de Valladolid / Universidad de Valladolid, 1681-1696.
- Tavani, Giuseppe (1993): "Edição crítica", em Giuseppe Tavani / Giulia Lanciani (eds.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 229-233.
- Tavani, Giuseppe (1999-2000): "Edição genética e edição crítico-genética: duas metodologias ou duas filosofias?", *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, série 3, n.º 5, 143-149.
- Tavani, Giuseppe (1988): *Ensaio Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Tavani, Giuseppe (2007): "O texto medieval e as suas misérias e desventura", *Veredas* 8, 46-74.
- Verdelho, Evelina (1994): *Livro das Obras de Garcia de Resende*. Edição crítica, estudo textológico e linguístico de E. Verdelho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 3-124.
- West, Martin L. (2002): *Crítica Textual e Técnica Editorial*. Tradução de António Manuel Ribeiro Rebelo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Outras obras citadas

- Biasi, Pierre-Marc de (1980): "L'élaboration du problème dans La Légende de Saint Julien L'Hospitalier", *Flaubert a l'oeuvre*. Paris: Flammarion, 71-102.
- Biasi, Pierre-Marc de (2011): *Génétique des textes*. Paris: CNRS.
- Bonaccorso, Giovanni / Collaborateurs (1983): *Corpus Flaubertianum I. Un Coeur Simple*, en appendice édition diplomatique et génétique des manuscrits. Paris: Société d'Édition "Les Belles Lettres".

- Duchet, Claude (1980): "Écriture et désécriture de l'Histoire dans *Bouvard et Pécuchet*", em *Flaubert a l'oeuvre*. Paris: Flammarion, 105-33.
- Grésillon, Almuth (1994): *Éléments de Critique Génétique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Houaiss, António et al. (2006): *Dicionário eletrónico Houaiss da língua portuguesa*, s.l., Instituto António Houaiss, Editora Objectiva, versão 1.0.10.
- Italia, Paola / Giulia Raboni (2014): *Che cos'è la filologia d'autore*. Roma: Carocci, 3ª ristampa.
- ITEM, *Dictionnaire de critique génétique*, em linha: <http://www.item.ens.fr/index.php?identifier=dictionnaire> [acedido em 13-09-2015].
- ITEM, Articles en ligne : parcours du site par notions, em linha: <http://www.item.ens.fr/index.php?page=notions> [acedido em 13-09-2015].
- Lebrave, Jean-Louis (1992): «La critique génétique: une discipline nouvelle ou un avatar moderne de la philologie?», *Genesis* 1, 33-72. <http://www.item.ens.fr/index.php?id=14048> [acedido em 13-09-2015].
- Macchi, Giuliano (1966): "Introduzione" em Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro*, edizione critica, con introduzione e glossario de G. Macchi. Roma: Ateneo, 5-84.
- Malato, Enrico (2008): *Lessico Filologico. Un approccio alla filologia*. Roma, Salerno Editrice.
- Pavel, Silvia / Diane Nolet (2002): *Manual de terminologia*, traducido por Beatriz de Vega con la colaboración de Genny González y Yolande Bernard. Canada: Ministro de Obras Públicas y Servicios Gubernamentales de Canadá.
- Stussi, Alfredo (2011): *Introduzione agli studi di filologia italiana*. Bologna: Il Mulino, 4ª ed.
- Trovato, Paolo (2014): *Everything You Always Wanted to Know about Lachmann's Method. A Non-Standard Handbook of Genealogical Textual Criticism in the Age of Post-Structuralism, Cladistics, and Copy-Text*. Padova: libreriauniversitaria.it.
- Wetherill, Michael (1980): "C'est là ce que nous avons eu de meilleur", em *Flaubert a l'oeuvre*. Paris: Flammarion, 35-68.